

A QUESTÃO AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG¹

THE AGRARIAN ISSUE IN NEPOMUCENO-MG

Lucas Guedes Vilas Boas

Doutorando em Geografia - UFMG/Professor Adjunto - CEFET-MG

lucasguedes@cefetmg.br

Resumo

O local de estudo é o município de Nepomuceno, situado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, que possui sua economia assentada sobre a agricultura, sobretudo na produção cafeeira. Os avanços científicos e tecnológicos das últimas décadas modificaram expressivamente o cenário agrário nacional, ampliando a produtividade das lavouras e a insalubridade dos alimentos produzidos. Neste contexto, a pesquisa engloba a agricultura municipal, sobretudo a familiar, almejando avaliar elementos como os insumos urbano-industriais utilizados na produção agrícola. As modalidades de trabalho e de arrendamentos presentes no contexto municipal também foram analisadas, assim como as repercussões da especulação fundiária e imobiliária na dinâmica agrícola local.

Palavras-chave: Agricultura. Trabalho. Insumos Urbano-Industriais. Produção. Nepomuceno.

Abstract

The study site is the municipality of Nepomuceno, located in the South/Southwest middle region of Minas Gerais, which has its economy based on agriculture, mainly in coffee production. The scientific and technological advances of recent decades have changed significantly the national agricultural scenario, increasing the crops productivity and the insalubrity of the food produced. In this context, the research covers the municipal agriculture, especially the family farming, aiming to evaluate elements like the urban-industrial inputs used in agricultural production. Working and leases arrangements present in the municipal context were also analyzed, as well as the repercussions of land and property speculation on local agricultural dynamics.

Keywords: Agriculture. Work. Urban-Industrial Inputs. Production. Nepomuceno.

Introdução

Hodiernamente, fenômenos como a urbanização e a industrialização se fortalecem, tanto em escala nacional, quanto em âmbito global. Com isso, gradativamente os estudos vão enfatizando as temáticas relativas aos processos citados, enquanto que, em alguns casos, as questões relativas ao campo e à agricultura

praticamente se desvanecem em algumas áreas do saber².

Todavia, a agricultura e o campo ainda possuem suma importância na contemporaneidade, pois eles são, respectivamente, a atividade e a localidade basilares da produção alimentícia em escala mundial. O seu valor cresce ao se considerar o fato de que o regime alimentar dos seres humanos incide diretamente em sua saúde, podendo uma alimentação desequilibrada ou insuficiente em termos nutricionais ocasionar diversas moléstias.

A agricultura propiciou o surgimento de um excedente agrícola, o qual foi apropriado por determinado grupo social. Destarte, as pessoas componentes desta camada da população puderam exercer outras atividades, como o comércio. Assim, alguns deles se sedentarizaram e a economia se diversificou, favorecendo o aumento da aglomeração humana nestas localidades.

A área de estudo da pesquisa é o município de Nepomuceno, um dos maiores produtores de café do país. Nos últimos anos, a região vivenciou um intenso processo de modernização e mecanização da agricultura e a expansão da área ocupada pela cafeicultura, intensificando a migração campo-cidade e impelindo os pequenos proprietários rurais em direção às urbes, vítimas da especulação fundiária.

De acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o território onde atualmente se situa Nepomuceno começou a ser ocupado no princípio do século XVIII, em uma propriedade rural obtida por sesmaria. Ali, seu proprietário, o Capitão Mateus Luís Garcia, ergueu uma capela em homenagem a São João Nepomuceno, do qual era muito devoto. A vila de São João Nepomuceno de Lavras do Funil foi fundada já no findar do século XVIII. Durante o século XIX, a fixação de agricultores possibilitou o desenvolvimento do povoado. Em 30 de agosto de 1911, Nepomuceno obteve a emancipação, tornando-se município por intermédio da Lei Estadual nº 556 (ALMG, 1911).

Desta maneira, desde seus primórdios, há um estreito liame entre economia e agricultura. Para além, merece ênfase a privilegiada localização de Nepomuceno, visto que o município se localiza a aproximadamente onze quilômetros da Rodovia Fernão Dias (BR-381), que conecta as unidades federativas de Minas Gerais e de São Paulo, portanto, favorecendo o acesso a importantes metrópoles nacionais, como São Paulo e Belo Horizonte.

No ano de 2013, o município de Nepomuceno-MG ocupava a sétima posição no *ranking* dos maiores produtores de café do Brasil. Localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, o município possui aproximadamente 26.000 habitantes. Mais de 40% de seu Produto Interno Bruto (PIB) é proveniente da agropecuária, que é o setor econômico mais importante, com a parcela majoritária da renda deste setor derivando da cultura cafeeira (IBGE, 2013). Destaca-se ainda na região o setor granjeiro, sobretudo devido à presença do Aviário Santo Antônio, um dos maiores do país.

Conforme acima exposto, o setor agrícola é dinâmico no município estudado, o que fez abrolhar a vontade de estudar com maior afinco a agricultura nepomucenense, procurando compreender as minúcias presentes em suas relações produtivas e trabalhistas, entre outros aspectos.

Metodologia

A pesquisa e a análise de bibliografias concernentes aos temas aventados forneceram o arcabouço teórico-metodológico para a concretização deste artigo. Assim sendo, buscou-se conjugar teoria e prática no estudo efetivado. Neste âmbito, o trabalho de campo se pautou na realização das entrevistas e diálogos com os proprietários agrícolas estudados, almejando proporcionar caráter qualitativo à pesquisa.

Acerca das idas a campo, Lacoste (2006) salienta a responsabilidade do pesquisador ante os sujeitos estudados, e defende a comunicação dos resultados da pesquisa a eles. Argumenta também que as pessoas envolvidas nas pesquisas necessitam conhecê-las, assim como seus resultados e sua posterior utilização. A apresentação dos resultados do estudo ao grupo ocorreu numa linguagem acessível (de forma pedagógica), o que altera expressivamente a relação pesquisador/pesquisado.

Para o autor, a pesquisa deve produzir elementos de um saber novo. Ademais, afirma que o trabalho de campo demanda um tempo mínimo de convivência no local e critica a ida a campo como normalmente ocorre, com os estudiosos permanecendo por poucos instantes no local de estudo. No que se refere à discussão proposta, o ilustre geógrafo francês (2006, p. 91) disserta:

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas.

Deste modo, as idas a campo aconteceram entre 19 de novembro de 2014 e 19 de julho de 2015, com no mínimo três visitas a cada propriedade pesquisada. Este período de visitas às residências estudadas foi valioso ao trabalho, pois possibilitou visualizar o cotidiano e a situação das propriedades examinadas em distintos períodos do ano, configurando situações temporais (térmicas, pluviométricas, econômicas, entre outras) diferentes.

Ademais, foram avaliadas as relações capitalistas de produção e de trabalho presentes em sua área rural. Ênfase foi conferida à cafeicultura, pois o café é o principal produto agrícola municipal, movimentando significativamente sua economia. A inserção de técnicas e de capitais na agricultura nepomucenense também foi avaliada, enfatizando questões pontuais como o uso de agrotóxicos e/ou de sementes transgênicas na lavoura, a introdução de maquinários no plantio e na colheita, as práticas monocultoras, entre outros aspectos.

A Questão Agrária no Município de Nepomuceno-MG

Doravante o período oitocentista, a economia nepomucenense se alicerçou principalmente sobre a agricultura, com a produção cafeeira se destacando desde o princípio do século XX. Contudo, decorridos mais de cem anos, muitas alterações ocorreram no contexto agrícola do município, algumas delas em virtude das transformações tecnológicas ocorridas.

De acordo com dados obtidos pelo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (2014), o café representa praticamente 70% da economia municipal. Outros importantes gêneros alimentícios produzidos são o arroz, o feijão e o milho. A avicultura é proeminente, com uma das maiores empresas do ramo no estado instalada no município, o Aviário Santo Antônio, que exporta principalmente ovos de galinhas e de codornas, utilizados mormente na indústria alimentícia.

Segundo dados do IBGE (2013), no ano de 2013, o município de Nepomuceno produziu 26.838 toneladas de café, totalizando 0,9% do total da produção nacional. Assim, ocupava a terceira colocação no estado de Minas Gerais e a sétima no Brasil no *ranking* dos maiores produtores da rubiácea. Salienta-se que sua produção cresceu 16,4% do ano de 2012 para o de 2013, apresentando um expressivo acréscimo num

curto intervalo temporal. A área colhida foi de 15.975 hectares, com uma produtividade média de 1.680 kg/ha (quilogramas por hectare). O valor anual de sua produção cafeeira totalizou 133.009.000 reais.

Portanto, de acordo com o IBGE (2013), Nepomuceno teria produzido quase 27.000 toneladas de café no ano de 2013, sendo este o gênero agrícola com maior safra no município. Contudo, estima-se que a produção cafeeira municipal tenha sido significativamente maior, pois muitos agricultores entrevistados disseram omitir parte do total de café colhido, de modo a reduzir os impostos pagos, enquanto outros produtores afirmaram não disponibilizarem informações relativas às suas lavouras.

Neste contexto, considerando a relevância do setor agrícola para o município, almeja-se discutir alguns dos aspectos concernentes aos processos de produção e de trabalho vigentes na realidade local, intentando mostrar os entrelaçamentos existentes entre eles, assim como as relações notadamente capitalistas presentes na conjuntura agrária de Nepomuceno. Neste intuito, recorreu-se a algumas obras de Karl Marx, nas quais o alemão discute os conceitos de produção e trabalho, bem como suas particularidades e seus desdobramentos.

Quanto à economia nepomucenense, cabe acentuar que sempre esteve diretamente enraizada ao setor agrícola. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1918), contidas no documento intitulado “Estatística do Município de Nepomuceno”, naquele ano o município ainda era predominantemente rural, com a maioria da população habitando no campo. Havia um engenho de açúcar e outro de café, ambos tutelados pelo Major João Baptista Alves.

A estimativa fornecida pelo órgão é de que no ano de 1918, a produção anual de café girasse em torno de 180.000 arrobas, enquanto que a de açúcar chegaria a aproximadamente 50.000 arrobas. Além da cultura canavieira e da cafeeira, a indústria pastoril e o cultivo de cereais eram outras fontes expressivas de renda. A produção de cachaça, comandada principalmente por nativos brasileiros, era representativa na região, possuindo maior destaque à época que a de café. Na primeira metade do século XX, devido à migração de italianos para o Brasil por causa da II Guerra Mundial, muitos deles vieram a se instalar em Nepomuceno. Tal fato colaborou para o fortalecimento da cafeicultura local.

Outro documento da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (1922) expunha que

naquele período, o café se destacava como produto de exportação e o solo era praticamente inulto, com exceção de algumas áreas usadas para a cultura de cereais, enquanto algumas poucas porções de terra começavam a ser utilizadas para pastagens e pecuária. No que se refere ao potencial agrícola do município, o Livro do Centenário enuncia que: “Antes de tudo precisamos assinalar o facto de que a Villa se assenta sobre um solo fecundo, admiravelmente productivo podendo ter a agricultura feito do municipio uma das regiões mais ricas do nosso estado”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO, 1922, p. 16).

Em sua edição dedicada ao município de Nepomuceno, o jornal Nação Brasileira (1925) retratava a importância das melhorias nas vias de comunicação e de transporte para o desenvolvimento do comércio, da lavoura e da indústria locais. Assim, o periódico percebeu a relevância que estas duas infraestruturas possuem para o crescimento econômico de qualquer localidade, visto que ambas possibilitam e melhoram os fluxos. Com estes incrementos na circulação, as transações comerciais podem acirrar-se e, conseqüentemente, mais capital chega à cidade, incidindo em maiores lucros aos capitalistas, quaisquer sejam seus ramos de atuação.

O editorial (1925) também conferiu ênfase aos grandes agricultores municipais do período em questão, enaltecendo-os³. Exemplo disto são os comentários tecidos acerca das propriedades do Coronel José Custódio da Veiga, produtoras de café, cereais (sobretudo milho e feijão), leite e seus derivados, e detentoras de um engenho bem equipado para o beneficiamento do café. A fazenda também criava gado bovino, caprino e suíno, os quais eram comercializados com diversas localidades país afora. Ademais, existiam instalações elétricas por praticamente todas as suas posses, algo inexistente nas propriedades dos pequenos agricultores. O sistema de irrigação também era deveras moderno para a época.

Portanto, pode-se afirmar que o proprietário agrícola mencionado, devido às vantagens fornecidas por suas máquinas e seus sistemas de irrigação e de eletricidade, obtinha renda diferencial II (ou renda de equipamento, conforme a denominação de Adam Smith), pois a aplicação de capitais através destes equipamentos possibilita acréscimos na eficiência produtiva do solo e na renda nele auferida.

Ao abordar a fazenda do Coronel Jonas Veiga, a edição frisa a excelente máquina para beneficiar café que a mesma possuía, proveniente do continente europeu.

O latifúndio do coronel Zacharias Lourenzoni (imigrante vindo da Itália) e de seu filho Vicente Lourenzoni, a Fazenda Bella Cruz, também foi alvo dos escritos do jornal, que destacou sua elevada produtividade e a proeminência da mesma no estado de Minas Gerais. Cabe salientar que o jornal era nitidamente defensor dos grandes fazendeiros, enaltecendo desmedidamente seus feitos e suas propriedades, sem se preocupar com questões como a igualdade no acesso à terra, a concentração fundiária, a desigualdade de renda, entre outros males que ainda assolam a realidade agrária nacional.

Assim sendo, percebe-se a importância da cafeicultura para o desenvolvimento do município de Nepomuceno e de sua economia. Sobre o mote, Reclus (1900) considera o café como o produto brasileiro por excelência e disserta que o primeiro cafeeiro do território nacional foi instalado em Belém, no ano de 1727, dali se difundindo para o restante do Brasil. Para além, após a independência do país, a produção cafeeira cresceu exponencialmente. O autor destaca que à época de seus escritos, São Paulo era o maior produtor nacional de café. Ademais, enfatiza o uso intenso de maquinário industrial nos grandes cafezais, objetivando o acréscimo na produtividade das lavouras e expõe que mesmo após a abolição da escravatura, a produção total de café continuou crescendo anualmente em solo brasileiro.

Nos dizeres de Topik (2003), até os seiscentos, o café permaneceu restrito ao mundo árabe. No início deste mesmo século, chegou ao mercado europeu. Já no desfecho do século XVIII, o grão se estabeleceu como produto colonial, visto que sua comercialização passou a ser comandada por países imperialistas, como Holanda, França e Inglaterra, que o cultivavam em territórios coloniais. Portanto, há muito tempo o café tem demonstrado sua vocação mercantil. Neste mote, é válido sublinhar a importância do modo de transporte ferroviário e de sua evolução para a expansão da comercialização cafeeira pelo globo. Para além, o transporte marítimo, desenvolvido graças ao motor a vapor, característico da Primeira Revolução Industrial, também favoreceu este processo.

A partir da década de 1830, o Brasil tornou-se o maior produtor mundial de café. Tal fato só pôde ocorrer devido à Revolução Escrava Haitiana⁴, datada de 1791, que fez com que a ex-colônia francesa abrisse espaço para novas áreas aderirem à cultura cafeeira (TOPIK, 2003). No século XIX, o café foi cultivado em larga escala no Vale do Paraíba fluminense, posteriormente disseminando-se para outras áreas do país, como os

estados de São Paulo e Minas Gerais. O próprio autor aponta o grande crescimento da produção e da venda cafeeira no Brasil no século XIX. De acordo com suas palavras, no começo do século XX, o Brasil já produzia aproximadamente 86% de todo o café mundial. Embora a cultura cafeeira no Brasil seja intimamente vinculada ao uso dos solos da terra roxa⁵, ela foi iniciada antes da descoberta da elevadíssima fertilidade desta porção do território nacional. Referindo-se à relação entre a cultura cafeeira e o tipo de solo cultivado, Valverde (1980, p. 60-61) pronuncia que:

A terra roxa, resultante da decomposição das rochas basálticas em clima tropical úmido e semi-úmido, tornou-se afamada como solo ideal para a cultura do café e dos cereais. Para não se cair num “determinismo edáfico”, é preciso levar em conta, porém, que a riqueza cafeeira do Brasil não esteve sempre ligada à exploração das manchas de terra roxa. Todos aqueles que conhecem um pouco de nossa história econômica sabem que o surto do café começou no vale do Paraíba do Sul, em solos latossólicos e latossólicos-podzólicos, derivados do complexo cristalino (gnaisse, granito).

O excerto em destaque salienta a importância do vale do rio Paraíba do Sul para a cafeicultura no Brasil, pois foi nos solos de suas adjacências - em sua maioria latossolos - que o cultivo do café começou a prosperar em terras tupiniquins. Em consonância com o pronunciamento de Reclus (1900) referindo-se ao contexto nacional, é nítida a influência do café para o desenvolvimento econômico do município de Nepomuceno, sendo este o principal produto da economia local há aproximadamente cem anos.

Ao discorrer sobre o café na contextura contemporânea, deve-se frisar que este gênero agrícola é uma *commodity*⁶, assim como a laranja, a soja, o açúcar, o trigo, o milho, entre outros produtos cultivados no território brasileiro. Segundo Schouchana e Miceli (2004), as *commodities*⁷ são produtos primários negociados nas Bolsas de Mercados de Futuros, nas quais as mercadorias comercializadas são disponíveis para o consumo em um futuro breve, pois são vendidas para entrega em prazo determinado. Ademais, são produzidas em grande quantidade, volvidas ao mercado externo e comercializadas em escala global. Por conseguinte, este mercado se encontra amalgamado à especulação, pois o comprador não precisa estocar a mercadoria. Assim, pode aguardar o melhor momento para vendê-la, como modo de ampliar seus lucros. Portanto, na maioria dos casos, o mercado de *commodities* é útil aos interesses especulativos e à procura pelo lucro.

Na lógica atual da economia financeirizada, as *commodities* são convertidas em

ações e investimentos, cujas compras e vendas dependem das análises da situação de mercado e das possibilidades de lucro. As variações nos preços das *commodities* dependem da demanda e da procura globais. Portanto, o preço dos produtos agrícolas depende de sua cotação nas bolsas de mercados de futuros. Desta maneira, pode-se afirmar que elas possuem íntima relação com a globalização e com o recente processo de financeirização da economia, ocorrido após a recessão dos anos 1970. Portanto, o café, produto crucial na economia nepomucenense, tem sua cotação na bolsa determinada por aspectos de ordem planetária, sublinhando a influência que a escala mundial possui na local, sobretudo no contexto atual.

As Relações de Produção Agrícola no Município de Nepomuceno-MG

É indispensável discutir a produção para uma visão mais abrangente da agricultura, quaisquer sejam as escalas geográficas utilizadas. Neste desígnio, as páginas seguintes destinam-se a apresentar alguns dos aspectos concernentes à produção na agricultura de Nepomuceno. Baseando-se no conceito fornecido por Marx (2011) nos *Grundrisse*, um elemento presente na pequena propriedade agrícola nepomucenense é a produção consumptiva, que para o autor (2011), é entendida como aquela produção em que também há consumo, dos indivíduos (força de trabalho), dos meios e dos instrumentos produtivos. Ou seja, produção e consumo coincidem. No caso estudado, esta se dá através do consumo da força de trabalho, dos instrumentos de produção, da terra enquanto meio de produção, de insumos agrícolas, como agrotóxicos e fertilizantes, entre outros.

Outro conceito crucial derivado da obra marxista é o consumo produtivo, no qual, o consumo também é produção, pois é produção de matérias-primas, considerando-se que os rejeitos da atividade produtiva, seja ela agrícola, industrial ou mineradora, podem ser usados em posteriores exercícios produtivos. No que concerne à discussão, Marx (2011, p. 45) afirma que o ato de produção é sempre um ato de consumo. Ainda sobre o mote, o autor mostra que o consumo medeia a produção e vice-versa, portanto, não há um sem o outro.

Destarte, pode-se proferir que sem produção não há consumo, e vice-versa. Eles são interdependentes, na medida em que algo só se torna produto de fato, quando é

consumido (está em uso). O consumo cria o estímulo, a necessidade da nova produção, na relação vigente entre oferta e demanda. Quanto maior a procura por determinado objeto, maior tende a ser sua produção. O oposto também acontece. A produção cria o objeto, o modo e o impulso do consumo. Referindo-se à questão acima aventada, Marx (2008b, p. 248) narra que:

A fome é fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, que se come por meio de uma faca ou de um garfo, é uma fome muito distinta da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. A produção não produz, pois, unicamente o objeto de consumo, mas também o modo de consumo, ou seja, produz objetiva e subjetivamente. A produção cria, pois, os consumidores.

Com base no excerto acima destacado, salienta-se o fato de que os objetos são produzidos intentando determinado tipo de consumo ou dirigindo-se a certo mercado consumidor. O consumo também pode ser instigado por intermédio de publicidade, *marketing*, entre outras ações que visem impregnar no mercado consumidor a necessidade de dado produto. Mencionando a temática aventada, Marx (2008a, p. 74) escreve:

O consumidor não é mais livre do que o produtor. Sua opinião estabelece-se na relação entre seus meios e suas necessidades. Uns e outros são determinados pela sua situação social, ela mesma dependente de toda a organização social. Sim, o operário que compra batatas e a mulher teúda e manteúda que compra seus vestidos de seda seguem ambos a sua própria opinião. A diversidade, porém, de suas opiniões explica-se pela diferença de posições que ocupam no mundo, a qual é produto de organização social.

No trecho em destaque, Marx mostra a amálgama existente entre consumo e organização social, evidenciando o modo como a situação social de cada indivíduo e as relações nela compreendidas influenciam a opinião dos sujeitos no momento da compra. A posição de cada cidadão na hierarquia social o conduz a determinado tipo de consumo. As elites não consomem os mesmos bens e objetos que as classes menos abastadas.

Marx (2011) enuncia que a produção é sempre um ramo particular da produção e, assim sendo, toda produção é parte de um todo produtivo, não podendo ser desvinculada deste nas análises realizadas. O mesmo acontece com o setor produtivo agrícola. Com base na obra de Marx (2011), pode-se afirmar que toda produção implica apropriação da natureza e, portanto, propriedade. Em consonância com Moreira (2006), julga-se tal fato problemático, pois implica uma dicotomia na relação homem/natureza, visto que a

apropriação é algo humano, porque pertence ao processo de trabalho e transforma a natureza em prol dos interesses de seus proprietários.

Marx (2011) narra que na produção, a pessoa se objetiva e a coisa se subjetiva. Isto ocorre porque o processo produtivo aliena os trabalhadores, que despossuídos dos meios produtivos, desconhecem o todo do processo de produção, além de não serem donos daquilo que fabricam. O homem é transformado em coisa, em mera engrenagem do sistema produtivo, corroborando a noção de “homem-máquina”, difundida por Descartes (2001), que em seu olhar mecanicista, concebia os corpos dos homens e mulheres como meras máquinas. Salienta-se, em consonância com Moreira (2006), que a disseminação da visão mecanicista cartesiana acerca do homem favoreceu a exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, provocando uma desumanização das relações humanas. Soma-se a isto o fato de que, no modo de produção capitalista, há o fetichismo da mercadoria, que escamoteia as relações sociais envoltas na produção, fazendo parecer que é a própria mercadoria a causa da elevação de seus preços (MARX, 1983).

Marx (2011) coloca que a produção é composta por quatro elementos: produção, distribuição, troca e consumo; os quais não podem ser dissociados. De modo sintético, ele demonstra que a produção cria os objetos, enquanto a distribuição e a troca os repartem (obviamente de maneira desigual), havendo no consumo a satisfação da necessidade individual. E é justamente o consumo que encerra a produção ao realizar o produto como produto, pois a finalidade da produção é o consumo, que aparece como uma necessidade, já que o ser humano precisa se autorreproduzir. Marx, há mais de 150 anos, antevia o que o filósofo contemporâneo Gilles Lipovestky denominaria “Sociedade de Hiperconsumo”, a qual é caracterizada pela busca da felicidade, cuja realização se daria através do consumo de mercadorias. Neste sentido, Lipovetsky (2007) advoga que a sociedade marcada pelo consumismo exacerbado não é eterna. Neste ponto, há uma semelhança entre sua tese e a teoria apregoada por Marx (1983), a qual indica uma futura superação do modo de produção capitalista, o qual carece do consumo em massa, necessário a uma sociedade alicerçada na produção em massa.

O próprio Marx (2011) indica que é impossível existir produção sem que haja instrumentos produtivos, mesmo que estes sejam rudimentares. Ademais, enfatiza que a produção também carece de trabalho acumulado. Nesta contextura, Marx e Engels

(2007) dissertam que existe uma diferença entre os instrumentos de produção naturais e os criados pela civilização. Neste âmbito, pronunciam que os primeiros promovem/são um intercâmbio entre homem e natureza, no qual há uma troca do trabalho de uns (homens) pelo produto do outro (natureza). Neles, a propriedade territorial aparece como poder direto e natural. Na obra, os autores consideram a terra como instrumento de produção natural, algo que contemporaneamente é questionável, visto que o homem aplica diversos capitais no solo para elevar sua fertilidade.

Cabe a indagação: a terra ainda é um instrumento de produção natural? Entende-se que sim, pois ela existe de maneira natural e não foi criada pela civilização humana, além de ainda haver nela a troca do trabalho humano pelo produto da natureza. Mesmo nos casos da agricultura mecanizada, este intercâmbio ocorre, já que aconteceu dispêndio de trabalho do homem na fabricação dos maquinários utilizados, bem como em seu manuseio e utilização.

Entretanto, Vergopoulos (1977, p. 157), bem como Amin (1977, p. 14), alertam que o solo produtivo é cada vez mais resultado do trabalho. Neste sentido, na acepção de Vergopoulos (1977), a terra seria um instrumento de produção artificial. Para além, considera-se aqui a terra como um objeto, pois conforme enuncia Santos (2006), é através da interferência humana que a coisa se transforma em objeto. O autor afirma que os objetos geográficos podem ser móveis ou imóveis. Além disto, eles existem em decorrência da história natural e da ação humana, e são instrumentos materiais da vida de homens e mulheres. Os objetos funcionam em sistemas, e podem ser simbólicos e/ou funcionais. As ações conferem sentido a eles. O autor expõe que um objeto isolado só tem valor como coisa e existe enquanto algo físico, só adquirindo valor social através das relações, isto é, quando usado socialmente.

Desta maneira, Santos (2006) adverte sobre o equívoco de se estudar objeto e ação isoladamente. Para o autor, a abordagem utilizada deve abarcar ambos os elementos enunciados. Portanto, de acordo com o geógrafo, ao investigar-se a terra, o pesquisador deve conciliar o objeto (a própria terra) e as ações nela efetivadas em seus estudos, bem como as relações vigentes.

Corroborando os dizeres de Amin (1977), nos quais o autor advoga que o solo produtivo é resultado do trabalho, alguns pequenos produtores nepomucenenses, intentando a minimização da acidez do solo, realizam a calagem. Neste processo,

adicionam calcário ao solo, misturando-o através da aração e da gradagem, procedimentos cruciais à absorção do calcário pelas partículas do solo. Em geral, a aração é feita antes da calagem e a gradagem é posterior a ambas. No entanto, estes agricultores não realizam um estudo prévio do solo para avaliação de seu pH (potencial hidrogeniônico) e de seu teor de nutrientes. Destarte, não possuem exatidão quanto à quantidade de calcário aplicada na terra, podendo assim, incorrer em equívocos nas doses utilizadas. Sublinha-se que a elevada acidez do solo reduz a quantidade de alguns nutrientes fundamentais às plantas. Por conseguinte, a calagem é importante na ampliação da produtividade agrícola. Para além, reduz o quantitativo de alguns elementos tóxicos, como o alumínio.

Ao analisar a produção, Marx (2011) afirma que se deve analisar a distribuição dos produtos e previamente avaliar a divisão dos instrumentos de produção e também dos indivíduos sociais nos variados gêneros de produção (indivíduos subordinados às relações de produção). Nesta perspectiva, percebe-se que o autor confere suma importância à análise da distribuição na produção.

Como o indivíduo nasce sem capital ou propriedade fundiária, frequentemente se submete ao assalariamento para obter a renda necessária à aquisição dos meios de subsistência. Neste momento, ele fica à mercê das vontades dos capitalistas, que exploram seu trabalho, pagando-lhe uma remuneração muito inferior ao valor de sua produção. Com relação à mais-valia, Marx (1983, p. 901) disserta:

Se o ser humano não fosse capaz de produzir num dia de trabalho mais meios de subsistência, ou seja, em sentido estrito, mais produtos agrícolas que os necessários para reproduzir cada trabalhador, se o dispêndio diário de força de trabalho de cada um apenas desse para gerar os meios de subsistência indispensáveis às respectivas necessidades individuais, não se poderia falar de produto excedente nem de mais-valia.

Portanto, quanto menos horas de trabalho forem gastas para a geração dos meios necessários à sobrevivência do trabalhador, maior será a extração de mais-valia. Neste âmbito, se os avanços tecnológicos conseguiram elevar a produtividade em escala mundial, propiciaram um expressivo acréscimo nas taxas de mais-valia pelo planeta. Neste sentido, Santos (2006, p. 212) compreende a mais-valia como o motor das principais ações da economia globalizada, visto que as corporações realizam diversas ações na busca pela maximização dos lucros, como a fusão de empresas, a formação de monopólios e oligopólios, entre outras. Para o geógrafo, a mais-valia global é pautada

na ideia de competitividade, com os grupos empresariais procurando reduzir ou enfraquecer a concorrência. Com relação ao assunto, em “O Espaço Dividido” (2008, p. 148), o autor pronuncia que: “A formação de conglomerados e de firmas multinacionais, fenômenos que não se excluem mutuamente, constitui uma das formas de previsão mais eficazes. Isso dá ao monopólio uma nova imagem, pois assim ele se torna mais poderoso e muito mais incontrolável”.

Conforme exposto no fragmento mencionado, é o controle do mercado que caracteriza a situação de monopólio. Ademais, tais contextos monopolistas favorecem o incremento das taxas de mais-valia, pois são propícios ao controle e à regulação dos preços das mercadorias, que tendem a apresentar aumentos nestas conjunturas. Por conseguinte, a mais-valia e o monopólio são fenômenos intrinsecamente humanos, pois derivam de relações sociais e econômicas.

Ao comentar acerca das áreas privilegiadas em termos de recursos naturais, Marx (2013a, p. 165) diz: “A bondade das condições naturais fornece sempre apenas a possibilidade, nunca a realidade do sobretrabalho, portanto, da mais-valia ou do sobreproduto”. Portanto, embora existam aspectos de ordem física que facilitem a mais-valia, ela só pode existir por intermédio das relações humanas de trabalho e de produção, sendo algo nitidamente humano.

De acordo com Marx (2008b; 2011), para existir produção, deve haver propriedade. O próprio Marx (2008b, p. 243) assevera: “Toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”. Isto indica que a propriedade está no âmago da produção e que ambas são dependentes da sociedade na qual vigoram. No que se refere ao tema, Reclus (1985) afirma que a propriedade de uma única pessoa pode crescer incomensuravelmente, porquanto o poder da riqueza é ilimitado. Remetendo-se à questão agrária, ratifica-se tal assertiva através da amálgama existente entre renda e posse da terra. Este fato é corroborado através dos elevados índices de concentração fundiária encontrados no Brasil e em outros países mundo afora.

De acordo com dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Nepomuceno, no tocante aos imóveis rurais cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Nepomuceno possui 2.272 propriedades rurais entre 0 e 26 hectares, portanto, configurando-se como minifúndios, por possuírem suas dimensões até o limite

de um módulo fiscal⁸. Os minifúndios em Nepomuceno abrangem uma área de 19.375, 7638 hectares. Já as pequenas propriedades rurais, entre 1 e 4 módulos fiscais (26 a 104 hectares), totalizam 494 imóveis no município, ocupando uma área de 24.149,8548 hectares.

As médias propriedades rurais, com suas dimensões entre 4 e 15 módulos fiscais (104 a 390 hectares) somam 94 imóveis rurais, abarcando 15.132,3320 hectares. Acerca das grandes propriedades rurais, aquelas com mais de 15 módulos fiscais (390 hectares), salienta-se que estas são cinco no município, com uma área total ocupada de 2.276, 1786 hectares. O maior imóvel rural de Nepomuceno, segundo o cadastro do INCRA, é a Fazenda Vista Alegre, com aproximadamente 565 hectares.

Analisando as informações acima apresentadas, ressalta-se a predominância dos minifúndios no município. Tal fato indica uma expressiva quantidade de agricultores familiares na área estudada, praticando cultivos de subsistência em suas terras. Mesmo alguns exercendo esta atividade econômica apenas para seu próprio sustento, muitos dos pequenos proprietários rurais de Nepomuceno utilizam elementos provenientes dos avanços tecnológicos em suas lavouras.

Apesar do processo de modernização agrícola, a agricultura familiar municipal ainda é pouco mecanizada, sendo esta incipiência causada, em partes, pelo relevo local, bastante acidentado. Conforme aponta a página virtual da Prefeitura Municipal de Nepomuceno (2015), a topografia do município é 20% plana, 50% ondulada, e 30% montanhosa. Portanto, configura-se num relevo com poucos trechos planos, dificultando o emprego de máquinas na produção agrícola. Para além, é válido salientar que a topografia de Nepomuceno já é alvo de estudos há décadas, conforme corrobora uma imagem original nas cores preta e branca, de Guerra e Jablonsky (1958), disponível no endereço eletrônico do IBGE.

Nesta esfera, os principais maquinários utilizados na agricultura municipal são o trator, a roçadora costal manual e a derriçadora⁹ costal manual. Contudo, apesar dos empecilhos, notou-se recentemente a intensificação do processo de mecanização agrícola no município de Nepomuceno, com a substituição de parcela do trabalho braçal humano pelo emprego de máquinas.

Acerca destas últimas, Marx (2013b, p. 67-69) expõe que a maquinaria, como desenvolvimento da força produtiva do trabalho, diminui o preço das mercadorias e

reduz a parcela da jornada de trabalho que o operário precisa para si, ou seja, para assegurar sua subsistência, prolongando assim a parcela da jornada de trabalho concedida gratuitamente ao capitalista. Assim, produz-se a mais-valia, que é ampliada pela maquinaria. Enaltece-se, com base nas informações supracitadas, que a produção mecanizada favorece deveras o capitalista, pois eleva a extração de mais-valia.

Para Vergopoulos (1977, p. 159), a agricultura moderna (datada do século XX) é elemento de um capitalismo sem capitalistas. Como o capitalismo urbano e industrial promoveu uma política de redução contínua dos preços agrícolas, resultou na gradativa eliminação de parcela expressiva dos grandes capitalistas e proprietários fundiários, engendrando assim, o desenvolvimento da agricultura de cunho familiar.

Vergopoulos (1977) explica que a pequena propriedade possibilita a maximização do lucro industrial, pois o pequeno camponês se comporta de modo análogo a um assalariado, produzindo para sua subsistência. Ele não possui mentalidade capitalista, sua meta não é o lucro, a renda ou a valorização do capital. No empenho para subsistir, o camponês eleva a intensidade e a produtividade do trabalho agrícola. Tal fato ocorre principalmente quando há queda dos preços agrícolas. Devido à pequena dimensão de sua propriedade, o camponês utiliza seus recursos (entre eles - o principal - a terra), de modo mais intenso. Destarte, as pequenas propriedades agrícolas fornecem mais sobretrabalho que as grandes. Exemplo disto são os latifúndios, pois fazem uso de agricultura extensiva, enquanto nas pequenas fazendas, a agricultura é de cunho mais intensivo.

Nos dizeres de Vergopoulos (1977), quando a conjuntura econômica está desfavorável e há redução nos preços agrícolas, os grandes proprietários reduzem sua produção, aguardando uma melhora do mercado. Assim procedem, pois dispõem de capital para tal. Já o pequeno proprietário, intensifica seu trabalho almejando a própria recuperação, pois depende do seu labor para subsistir. Deste modo, é o empenho do camponês na agricultura com o intuito de subsistir que promove o aumento do preço da terra. A terra se encarece mais aceleradamente porque é um recurso finito. Sob a égide capitalista, ela é o único meio de produção não reprodutível.

Contemporaneamente, os agricultores financiam seus investimentos e a compra de insumos através do crédito. A facilitação dos empréstimos agrícolas constitui um mecanismo utilizado para elevar a quantidade de trabalho despendido pelo camponês e

sua família, visto que doravante o empréstimo, o agricultor terá que produzir mensalmente o suficiente para as suas necessidades e de seus familiares, além de custear as despesas dos juros dos créditos. Por conseguinte, a dívida dos camponeses é uma tática de extração de uma parcela do valor do produto agrícola. Em consonância com Vergopoulos (1977, p. 132), sublinha-se que na agricultura familiar o capitalismo extrai o máximo de sobretrabalho. Há uma pilhagem da agricultura através da circulação, do mercado e de seus mecanismos. Destarte, os lucros da agricultura são absorvidos pela indústria e pelo sistema financeiro.

A partir das investigações em campo, constatou-se no município de Nepomuceno, um elevado número de pequenos agricultores que recorreram aos financiamentos para a obtenção de insumos utilizados na produção, com o objetivo de aumentar a eficiência da lavoura. No entanto, em diálogos, alguns deles informaram a posse de dívidas significativas, com o pagamento de elevadas taxas de juros mensais, comprometendo os gastos com outras despesas do cotidiano. Vale frisar que a difusão e o fácil acesso ao crédito são características da financeirização da economia mundial. Ante o paradigma neoliberal, as finanças e os bancos se destacam no cenário econômico global, favorecendo os empréstimos em distintas escalas, desde a individual, até o nível nacional ou supranacional (SANTOS, 2006). Desta maneira, há o crescimento dos endividamentos, tanto das pessoas físicas, quanto das dívidas externas das nações.

Em geral, o prazo para o pagamento destes empréstimos é reduzido, comprometendo parte do orçamento mensal para a quitação dos mesmos. Assim, o crédito rural diminui o total de dinheiro despendido para a alimentação, contribuindo para a piora dos regimes alimentares e o agravamento dos quadros de insegurança alimentar, fome global e fome oculta.

Ainda neste contexto, um dos agricultores familiares investigado revelou a realização de empréstimos para o pagamento dos juros anuais referentes ao crédito rural, solicitado através do PRONAF. Em Nepomuceno, é comum a situação de pequenos produtores agrícolas que tenham efetivados empréstimos por intermédio do PRONAF, pois seus juros são reduzidos, sobretudo se comparados aos cobrados pelos bancos e demais instituições financeiras.

Hodiernamente, segundo os dados informados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG, 2015),

aproximadamente 80% dos agricultores familiares de Nepomuceno se sustentam tendo a cafeicultura como principal fonte de renda. O café é comercializado nas seguintes cooperativas: Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel), Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe), Cooperativa Agropecuária de Nepomuceno (Coagronep) e Cooperativa dos Cafeicultores de Nepomuceno (Cocanep)¹⁰. Com relação aos agricultores familiares residentes no município, os gestores do órgão em Nepomuceno informaram que todos utilizam agrotóxicos na cultura cafeeira, mesmo sendo frequentemente informados sobre os males provocados pelo uso contínuo destes insumos.

As cooperativas mais atuantes no município de Nepomuceno são a Cocatrel e a Capebe, as quais compram a maioria da rubiácea produzida pela agricultura municipal. Entretanto, algumas das pessoas pesquisadas afirmaram que elas pagam um preço menor em comparação ao oferecido por cooperativas de outros municípios pela saca do café. Para além, muitos dos sujeitos em questão relataram que não consideram justo o preço pago por sua produção.

Em muitas das propriedades pesquisadas, o único gênero agrícola cultivado é o café, indicando a presença da monocultura. Tal prática possui muitos aspectos negativos, pois reduz a diversidade de alimentos cultivados, agravando a qualidade do regime alimentar entre os indivíduos e contribuindo para a ampliação dos índices de insegurança alimentar, conforme expõe Porto-Gonçalves (2006). Para além, em consonância com Oliveira (2007), afirma-se que nas lavouras monocultoras há, em geral, o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, cujas consequências negativas ao meio ambiente e à saúde das pessoas são inúmeras.

Durante o período de efetivação da pesquisa em campo, um agricultor foi internado devido à intoxicação por agrotóxicos. Após chegar ao hospital com dores estomacais e quadros alérgicos, o médico o interrogou quanto à exposição aos pesticidas. Tal caso é uma amostra dos males ocasionados pelos praguicidas ao organismo humano. Depois do incidente, o produtor agrícola interrompeu o uso de agrotóxicos, temendo por sua saúde.

No tocante à cultura de milho, os agricultores informaram que os grãos são plantados em áreas de pequenas propriedades, geralmente entre dois e três hectares. A maioria do feijão cultivado na agricultura familiar é plantada em consórcio com o café.

Embora o milho e o feijão sejam plantados, em sua maioria, para a subsistência, um pequeno percentual dos produtores municipais comercializa estes gêneros diretamente com os supermercados e as mercearias da cidade e de suas adjacências.

De acordo com informações cedidas pela EMATER, a produção leiteira possui expressividade em algumas comunidades rurais, com um quantitativo médio diário de 50 litros por família. O leite produzido nas pequenas propriedades rurais é depositado em tanques de expansão comunitários e vendido para as cooperativas Cocatrel, Capebe e para a empresa Laticínios Lulitati, atuantes no município de Nepomuceno e adjacências. Cerca de doze famílias produzem hortaliças e frutas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possui como objetivo a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, além do ganho qualitativo na alimentação dos infantes em idade escolar (EMATER-MG, 2015).

Em conversas e entrevistas feitas com os pequenos proprietários rurais do município, a maioria destes informou receber o apoio do governo federal através do PRONAF, que financia empréstimos para aquisição de maquinários e insumos a juros reduzidos. Portanto, percebe-se um vínculo neste aspecto entre capital agrícola e capital estatal, visto que o Estado facilita a obtenção de instrumentos de produção para os pequenos agricultores.

Acrescenta-se a isto o fato de que muitos dos agricultores entrevistados disseram utilizar agrotóxicos e/ou sementes transgênicas em suas lavouras, o que eleva a situação de insegurança alimentar vivida por eles, visto que estes elementos elevam a insalubridade e pioram a qualidade da alimentação. Nos diálogos efetuados, notou-se que os agricultores conhecem os malefícios ocasionados pelo uso intenso e excessivo de agrotóxicos, mas prosseguem com sua aplicação. Ademais, não fazem uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's), mesmo sabendo da necessidade destes. Por conseguinte, elevam os riscos concernentes ao trabalho por eles realizado. Tal panorama não traz nenhuma novidade, visto que o Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos, os quais, por seu conteúdo químico, não se degradam na natureza. Ademais, contaminam os solos, os recursos hídricos, os alimentos, a fauna e a flora, e exterminam insetos e microorganismos das plantações e dos solos. Destarte, promovem a ampliação do número de casos de neoplasias e, conseqüentemente, da quantidade de óbitos. Assim, é nítida a ocorrência de um genocídio causado por estes venenos no

Brasil. Além disto, sublinha-se que a produção de agrotóxicos e transgênicos é comandada por algumas transnacionais e multinacionais, constituindo verdadeiros oligopólios nestes setores (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Este fato é perceptível no contexto nepomucenense, cuja agricultura é notadamente dominada por indústrias oligopolistas dos setores de indústria química e de biotecnologia, fabricantes dos agrotóxicos, dos fertilizantes e adubos químicos, bem como dos grãos transgênicos utilizados na produção. Empresas como Bayer, Basf, Cargill, Syngenta, Novartis, Monsanto, DowAgroSciences e Bunge, são hegemônicas na agricultura municipal. De acordo com autores como Felício (2011), estas mesmas corporações são responsáveis pelo monopólio no fornecimento de insumos agrícolas em escala mundial.

Corroborando tal situação, funcionários da EMATER informaram que as sementes transgênicas são usadas em pequena escala, principalmente no cultivo do milho (EMATER-MG, 2015). Tais grãos são obtidos nas cooperativas locais, em lojas de insumos agrícolas e através de vendedores representantes de empresas de municípios adjacentes. Percebe-se então, que até mesmo os pequenos proprietários agrícolas utilizam elementos provenientes da indústria em suas lavouras. Tal fato é consonante com a fala de Oliveira (2007), na qual o autor mostra o liame existente contemporaneamente entre agricultura e indústria, pois uma consome as mercadorias produzidas pela outra.

Portanto, conforme atesta o exemplo nepomucenense, a agricultura familiar, apesar dos contratemplos, ainda persiste em escala global e nacional. Isto contradiz as teses de muitos teóricos, propagadores da ideia que a agricultura familiar seria extinta com o desenvolvimento capitalista. Contudo, conforme narra Costa Neto (1998), ela se vinculou ao mercado. Originalmente, não se adequava aos moldes capitalistas. Entretanto, gradativamente foi incorporada pelos mecanismos deste modo de produção.

Esta foi a situação observada na agricultura familiar do município de Nepomuceno, a qual é voltada principalmente à subsistência, delegando pouca importância às questões do mercado. No entanto, é bastante dependente da economia capitalista, pois consome produtos urbano-industriais, como pesticidas, fertilizantes químicos e equipamentos agrícolas. Nesta celeuma, vale salientar que os agrotóxicos, bem como os adubos químicos e os grãos transgênicos adquiridos pelos agricultores

familiares municipais são oriundos das cooperativas municipais, de revendas particulares atuantes na região ou, até mesmo, são comprados diretamente do fabricante.

Além disso, muitos destes agricultores contraíram dívidas devido ao crédito ofertado. Portanto, sublinha-se o papel desempenhado pelo modo de produção capitalista ao incorporar a agricultura familiar à sua dinâmica, uma vez que limita o desenvolvimento do pequeno produtor, elevando seu custo de produção ou engendrando estratégias para seu endividamento.

Nesta esfera, a maioria dos alimentos consumidos pela população brasileira provém da agricultura familiar. Por isso, ela é fundamental ao país, pois visa o abastecimento do mercado interno, mitigando as carências nutricionais em território nacional. Assim, a qualidade dos alimentos advindos da produção familiar repercute diretamente nos regimes alimentares dos homens e mulheres residentes no Brasil. Como há a predominância de práticas agrícolas deletérias aos gêneros cultivados e ao meio ambiente, dentre as quais se destaca o uso exacerbado de pesticidas, a alimentação dos brasileiros é expressivamente deteriorada.

De acordo com informações prestadas pela EMATER, existem treze associações¹¹ formalizadas de agricultores atuando no município. Tais formas associativas, além da formalização judicial (com registro de CNPJ, entre outras características), realizam reuniões periódicas para elaboração do diagnóstico participativo da comunidade. Elas não possuem nenhuma parceria com órgãos públicos ou privados. A intenção destas associações é promover melhorias na produção e, conseqüentemente, na comercialização dos gêneros agrícolas cultivados pelos pequenos proprietários rurais (EMATER-MG, 2015). Em prol deste objetivo, algumas das associações de produtores agrícolas de Nepomuceno estão criando parcerias com associações de outros municípios, como Guaxupé e Campo Belo, visando o intercâmbio de conhecimentos e de práticas agrícolas. Tais contatos ambicionam a melhoria da produção dos agricultores municipais, assim como avanços na comercialização dos gêneros cultivados, sobretudo o café.

O Trabalho Agrícola Município de Nepomuceno-MG

Segundo Amin (1977) e Moreira (2006, p. 70), os três fatores da produção são a terra, o trabalho e o capital. O solo é o substrato no qual os outros dois fatores

produtivos são aplicados. Portanto, para a compreensão da produção agrícola em Nepomuceno, torna-se mister o entendimento dos aspectos mencionados. Como não há produção sem trabalho, são necessários aqui alguns apontamentos acerca deste processo e das relações a ele intrínsecas, porquanto cada tipo de produção denota determinadas características no trabalho a ser realizado.

Marx (2004) advoga que o trabalho estranhado é uma forma de alienação, pois resulta da expropriação do trabalhador dos meios produtivos. A alienação separa o trabalhador do objeto (produto), pois ele não vê o seu trabalho no produto que consome. O autor ainda afirma que as relações capitalistas de trabalho dissociam o trabalhador dos meios de produção. No modo de produção capitalista, o trabalho se torna estranhado, pois há o controle externo sobre o trabalho e a apropriação do produto, portanto, o trabalho e a produção não pertencem a quem trabalhou/produziu, pertencem a outro. Ele se pauta em movimentos mecânicos, voltando-se à satisfação de necessidades fisiológicas básicas, como se alimentar, beber, dormir, entre outras. Destarte, o trabalho estranhado faz com que o trabalhador perca o viés teleológico de seu trabalho, pois ele não projeta mais suas ações.

Assim, conforme expõe Arendt (2007), o homem se transforma em *homo faber*, constituindo-se num mero fabricante de coisas para e no mundo. Na maioria das vezes, não é ele quem consome o produto fabricado, uma vez que a intenção da fabricação é que o artefato permaneça no mundo e seja consumido por outros indivíduos. Aqueles que concebem o ser humano desta maneira acreditam que a fabricação é algo inerente ao homem e ao seu trabalho, portanto, constitui parte da condição humana. Para a autora, o trabalho produz objetos para o cotidiano, de menor durabilidade, enquanto a fabricação gera produtos de maior duração. Para que o *homo faber* produza, é necessária a existência do pensamento, pois antes de fabricar, o ser humano cria um modelo mental do objeto a ser produzido.

Acerca do trabalho, mais características merecem ênfase. Com base em Marx (1983), afirma-se que, sendo esta categoria o fator distinguidor entre o homem e os demais animais e que realiza a condição humana, e considerando-se que através dele o homem se apropria da natureza em prol de seu benefício, compreende-se o trabalho como parte constituinte da relação metabólica entre homem e natureza.

Segundo Vergopoulos (1977, p. 84), a intensificação do trabalho pode originar-se

da aceleração do ritmo de trabalho ou da incorporação de novos trabalhadores. Em geral, o trabalho é acentuado devido à necessidade ou ao desejo de elevar a produção de determinado setor. Tal situação foi percebida na realidade nepomucenense, pois os pequenos agricultores do município realizam longas jornadas de trabalho em determinados momentos, por exemplo, quando vivem problemas financeiros, desejam adquirir alguma máquina ou equipamento, entre outros.

Através de observações em campo, pode-se afirmar que, de modo geral, o trabalho na agricultura familiar em Nepomuceno ocorre da seguinte maneira: O produtor de café trabalha em sua propriedade familiar ou realiza um processo denominado “troca de serviço”, no qual, todos os pequenos agricultores de determinada área se unem e colhem todo o café da propriedade de cada um deles. Ao final, todos os imóveis rurais inclusos neste procedimento têm seu café totalmente colhido. Tal constatação denota a presença de certas características entre eles, como a cooperação, a solidariedade e a reciprocidade. Salienta-se aqui, que na maioria dos casos, todo o grupo familiar trabalha na lavoura, cabendo as funções demandadoras de maior força física aos homens adultos.

É muito comum, após o término da panha de seu café, que o pequeno agricultor familiar trabalhe de carteira assinada para os médios e grandes proprietários rurais, como maneira de incrementar a renda mensal. Isto acontece principalmente na época da colheita, época do ano em que os apanhadores de café conseguem obter uma renda maior. Ou seja, em parte do ano ele se torna um proletário assalariado, sendo submetido à exploração que o assalariamento tipicamente capitalista impõe aos trabalhadores.

Através das idas a campo, as formas de contrato do trabalho encontradas foram o arrendamento, o comodato e a parceria. O arrendamento e a parceria são contratos agrários assinados entre o proprietário do solo e o arrendatário ou o parceiro, para posse ou uso temporário da terra. O arrendamento é uma prática comum no campo nepomucenense, ocorrendo comumente entre pai e filho. Tal situação se deve, em partes, ao fato de que o produtor, para conseguir algum financiamento das instituições bancárias, deve possuir terras em seu nome ou arrendadas.

No arrendamento, o proprietário cede a outro a posse sobre a terra durante certo tempo (determinado ou não). Em troca, recebe do arrendatário um aluguel ou outra forma de retribuição. Nele, o pagamento pelo uso da terra é anteriormente fixado, ou

seja, é obrigatório que o arrendatário pague certa quantia ao arrendador. O arrendatário é judicialmente obrigado a pagar pelo tempo em que fizer uso da terra, podendo ser penalizado se não o cumprir e tendo que realizar tal ação, mesmo que nada consiga produzir. Contudo, o arrendatário possui algumas vantagens legalmente asseguradas, como o direito de preferência na aquisição do imóvel e o direito de renovação do contrato, caso lhe seja conveniente. O prazo mínimo para este tipo de contrato é de três anos.

O comodato é um contrato gratuito, no qual há um empréstimo gratuito de elementos não consumíveis, como terras e/ou imóveis. Estes itens são usados, mas deverão ser devolvidos em sua integralidade. No comodato, a propriedade da terra prossegue com o emprestador, enquanto que o emprestado (indivíduo solicitante do empréstimo) possui apenas a posse da terra. O comodato deve ser gratuito, temporário e inconsumível e infungível (exclusivo, insubstituível).

Já na parceria, os resultados e os riscos da produção são divididos entre o proprietário e o parceiro-produtor, aquele que fará uso da terra por determinado tempo. Portanto, este último não é obrigado a pagar uma quantia pelo uso do solo. Seu dever é dar um percentual dos lucros ou da produção total para o parceiro-proprietário, o dono das terras. No entanto, diferentemente do arrendamento, na parceria, o parceiro-produtor não tem direito à preferência na aquisição do imóvel.

Nos dizeres de Vervoort et al. (2014), as alterações climáticas e/ou temporais interferem nas safras agrícolas. Os extremos climáticos repercutem na redução das colheitas, agravando as crises alimentares, tanto localmente, quanto em escala global. Assim como os autores demonstraram, nos últimos anos houve maior incidência de catástrofes climáticas e de pluviosidades excessivas, além do alargamento dos períodos de estiagem, desestabilizando várias culturas alimentares mundo afora.

A maioria dos agricultores familiares pesquisados percebeu mudanças nas condições temporais nos últimos anos, principalmente relacionadas à maior irregularidade nas pluviosidades. Muitos também relataram maior frequência de estiagens prolongadas em comparação com épocas anteriores. Tais variações nas condições pluviométricas e térmicas vêm comprometendo a produção agrícola, incidindo em avarias aos agricultores familiares do município. Dos produtos cultivados no município, o café, segundo os próprios produtores, é o que mais padece com a

disritmia das chuvas. Neste âmbito, conforme a fala de alguns dos sujeitos analisados, no ano de 2015 o café demorou mais para madurar, devido às irregularidades térmicas e pluviométricas, tornando mais difícil sua colheita e diminuindo seu rendimento.

Como se pôde observar, a economia de Nepomuceno, bem como a de diversos municípios brasileiros de pequeno porte, está abalizada no setor primário, com destaque para a agricultura. No caso estudado, a cultura cafeeira é proeminente, pois abarca a maioria da economia local, exemplificando de modo satisfatório os processos de produção e de trabalho vigorantes.

O uso de agrotóxicos é frequente nas pequenas propriedades agrícolas do município, apesar do conhecimento dos malefícios trazidos à produção e à saúde dos pequenos produtores que utilizam estes insumos, bem como dos consumidores dos gêneros alimentícios contaminados por tais elementos químicos. Por fim, deve-se ressaltar que o trabalho e a produção no espaço agrícola nepomucenense encontram-se extremamente marcados por relações tipicamente capitalistas. Há uma nítida aliança entre capital fundiário e estatal no sentido de elevar a produtividade das propriedades agrícolas locais.

Considerações finais

Em suma, pode-se afirmar que a agricultura nepomucenense se assemelha bastante ao panorama nacional, visto que diversos elementos urbano-industriais são utilizados em seu processo produtivo. Equipamentos mecânicos como derriçadoras, colheitadeiras e roçadoras, e os agrotóxicos e transgênicos, constituem-se nos principais avanços industriais presentes na realidade agrícola do município, estreitando o liame existente entre indústria e agricultura. Para além, parcela expressiva dos alimentos comercializados na cidade provém dos agricultores familiares do município, os quais vendem parte de sua produção para os mercados urbanos.

As maiores corporações transnacionais e multinacionais da indústria química e da biotecnologia (Cargill, Syngenta, Heringer, Bayer, Monsanto, entre outras) são predominantes na produção agrícola municipal, exercendo seus monopólios nos produtos industriais utilizados pelos agricultores familiares, como os pesticidas, os adubos químicos e as sementes transgênicas.

Na maioria das propriedades agrícolas visitadas, presenciou-se uso intenso de

agrotóxicos, sobretudo na cultura cafeeira. Tal fato contribui significativamente para o aumento dos índices de insegurança alimentar no município. Ademais, os agrotóxicos contaminam seres humanos, animais, solos, águas e alimentos, incidindo em diversas patologias, como as neoplasias e as moléstias de cunho psicológico.

Para além, prevalece no contexto municipal a monocultura do café, cuja cotação é decidida nas Bolsas de Mercados de Futuros. A agricultura monocultora reduz a variedade de gêneros cultivados, contribuindo para o alargamento das taxas de insegurança alimentar. Na maioria das propriedades agrícolas visitadas, o único produto comercializado é o café. Já em algumas, a situação é ainda pior, pois o café é o único gênero cultivado.

Os sujeitos estudados expuseram que as mudanças climáticas interferem expressivamente na produtividade agrícola, informando principalmente que a irregularidade nas chuvas acarreta em graves prejuízos às lavouras, atrasando as colheitas e diminuindo o total produzido nas propriedades. Além disso, disseram que as variações térmicas e pluviométricas avariam seus regimes alimentares, pois reduzem o quantitativo total produzido em suas culturas, além de minimizarem os ganhos obtidos com a venda da produção.

As principais formas de trabalho encontradas na agricultura municipal foram o arrendamento, a parceria e o comodato. Neste âmbito, vale ressaltar que a prática dos arrendamentos é corriqueira no cenário nepomucenense, acontecendo através das modalidades citadas. Assim como enunciaram alguns proprietários fundiários municipais, o ato de arrendar a terra tornou-se bastante vantajoso nos últimos anos, em virtude da profunda especulação fundiária vivenciada em Nepomuceno.

Notas

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Quanto à assertiva, pode-se afirmar que a ciência geográfica seja uma exceção à regra, pois neste campo do saber, os estudos sobre a questão agrária recebem expressiva atenção, o que é comprovado pelo alto número de inscritos em eventos no Brasil, como o Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA) e o Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA).

³ Ressalta-se aqui que o editorial “Nação Brasileira” era conhecido à época por defender os interesses dos latifundiários do país. Era intenso o liame existente entre os proprietários do jornal e os grandes fazendeiros do país. Ademais, merece ênfase também o expressivo poder político detido pelos maiores proprietários de terras no território nacional naquele período. Não obstante, nos tempos contemporâneos,

é bastante expressiva a bancada do agronegócio na Câmara e no Senado, indicando a expressividade deste grupo no cenário político brasileiro.

⁴ De acordo com Topik (2003), entre os anos de 1791 e 1804, aconteceu um conflito conhecido como Revolução Haitiana, o qual culminou na independência do país, na abolição da escravatura em solo haitiano e na assunção de grupos afrodescendentes ao poder. A guerra civil no Haiti ocasionou a destruição de milhões de cafeeiros, reverberando na diminuição da oferta de café no mercado mundial. Consequentemente, houve aumento dos preços internacionais da rubiácea, beneficiando outros países produtores, como o Brasil.

⁵ Sobre as **terras roxas**, são válidos alguns esclarecimentos. Situadas majoritariamente na porção norte do estado de São Paulo, mas também encontradas em outras áreas, como no Norte do Paraná, são as mais férteis do país, possuindo coloração bem avermelhada e sendo originadas pelo derramamento basáltico há milhares/milhões de anos, o que justifica sua elevada fertilidade. Estas terras foram bastante utilizadas para as lavouras de café, desde o século XIX até os dias contemporâneos (VALVERDE, 1980).

⁶ Já no final do século XIX, o café tornara-se uma *commodity*, visto que os especuladores já negociavam a venda de plantações ainda não cultivadas, em diferentes pontos do planeta. Comprava-se uma ideia futura, uma espécie de ação, e não os grãos em si. (TOPIK, 2003)

⁷ Nos tempos atuais, as *commodities* devem possuir certificados ou selos de qualidade que atestem sua salubridade. Estes devem apontar se o alimento cultivado é transgênico, orgânico, entre outras características. Aspectos ambientais, políticos e econômicos interferem na negociação das *commodities* nas Bolsas de Mercados de Futuros.

⁸ O valor do módulo fiscal no Brasil é medido em hectares e varia de município para município. No caso em questão, Nepomuceno possui o módulo fiscal de 26 hectares. De acordo com a lei nº 6.476 de 10 de dezembro de 1979, que modifica a lei nº 4.504 do Estatuto da Terra, o valor do módulo fiscal é determinado para cada município segundo alguns parâmetros. São eles: o tipo de exploração da terra prevalente no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal) e a renda extraída com tal atividade, bem como outras ações exploratórias, que embora não sejam as principais, possuem relevância devido à área ocupada e/ou à renda obtida. Ademais, o conceito de “propriedade familiar”, definido na lei supracitada, também é um fator considerado. Assim, o módulo fiscal é a menor área necessária para que seja viável a exploração econômica de uma propriedade.

⁹ A derriçadora é a máquina utilizada para promover a queda das sementes das árvores através do contato por vibração. Além de atingir galhos mais distantes, eleva expressivamente a produtividade do trabalho realizado. Seu uso é comum na colheita do café.

¹⁰ As cooperativas Cocatrel, Capebe, Coagronep e Cocanep atuam em Nepomuceno e nos municípios adjacentes, e possuem relações com os agricultores familiares destes municípios, comprando parte de sua produção e auxiliando-os na aquisição de insumos, como maquinários, fertilizantes, entre outros, através de empréstimos ou intermediando as negociações de compra.

¹¹ As associações formalizadas de agricultores do município de Nepomuceno-MG são as seguintes: Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nazaré de Minas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Morembá, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Pinhal e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Estivado e Adjacências, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Médio Rio Grande, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Olhos D’água e Adjacências, Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros e Artesanato do Município de Nepomuceno, Associação Comunitária da Água Limpa, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Capoeirinha, Associação de Desenvolvimento Comunitário da Pedra Negra, Associação de Desenvolvimento Comunitário do Barreirinho, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio do Cruzeiro, Associação dos Agricultores Familiares de Nepomuceno e Associação Comunitária do Barreiro.

Referências

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei nº 556**, de 30 de agosto de 1911. Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado e Contém Outras Disposições. 1911. Disponível em < <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=556&ano=1911>>. Acesso em: 29 maio 2015.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária: A dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: AMIN, Samir. ; VERGOPOULOS, Kostas (Org.). **A Questão Agrária e O Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. p. 09-42.

ARENDT, HANNA. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2007. 407 p.

COSTA NETO, Canrobert. Agricultura familiar e renda da terra. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 118-134. abril. 1998.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2001. 102p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Entrevistas Semiestruturadas Concedidas em Junho de 2015**. 2015.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP/Rio Claro, 2011.

GUERRA, Antônio Teixeira. ; JABLONSKY, Tibor. **Relevo da cidade de Nepomuceno (MG)**. Nepomuceno, 1958. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MG12865.jpg> > Acesso em: 17 abril 2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Produção Agrícola Municipal – Culturas temporárias e permanentes**. v. 40. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 99 p.

JORNAL NAÇÃO BRASILEIRA. **Nepomuceno**. Ano III – n. 19. Rio de Janeiro, 1925.

LACOSTE, Yves. A Pesquisa e o Trabalho de Campo: Um Problema Político para os Pesquisadores, Estudantes e Cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 84, p. 77-92, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 402 p.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução de Moacyr Félix. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983, 1079 p. p. 705-1079.

_____. Trabalho Estranhado e Propriedade Privada. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A**

Dialética do Trabalho I – Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 200 p. p.173-195.

_____. **Miséria da Filosofia**. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret. 2008a. 203 p.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. 288 p.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Rio de Janeiro: Boitempo. 2011. 792 p.

_____. Mais-Valia Absoluta e Relativa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013a, 232 p. p. 157-170.

_____. Maquinaria e Grande Indústria. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A Dialética do Trabalho II** – Escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013b, 232 p. p. 67-156.

MARX, Karl. ; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. 616 p.

MOREIRA, Ruy. **Para Onde Vai O Pensamento Geográfico** – por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 192 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1. ed. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007. 184 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO. **Estatística do Município de Nepomuceno**. Nepomuceno, 1918. 32 p.

_____. **Livro do Centenário**. Nepomuceno, 1922. 36 p.

_____. **Economia e Bancos**. 2014. Disponível em: <<http://www.nepomuceno.mg.gov.br/pagina/199-economia-e-bancos->>. Acesso em: 26 maio 2015.

_____. **Dados Geográficos**. 2015. Disponível em: <<http://www.nepomuceno.mg.gov.br/pagina/186-dados-geograficos->>. Acesso em: 06 junho 2015.

RECLUS, Éliseé. **Estados Unidos DO BRASIL** – Geographia, Ethnographia, Estatística. Tradução de B. F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-

Editor. 1900. 488 p.

_____. A Origem da Família, do Estado e da Propriedade. In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Éliseé Reclus**. São Paulo: Ática. 1985, 201 p. p. 61-108.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. 2ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2006. 384 p.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: EdUSP, 2008. 431 p.

SCHOUCHANA, Félix. ; MICELI, Wilson. Motta. **Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil**. 2. ed. São Paulo: BM&F, 2004. 94 p.

TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William G. ; TOPIK, Steven (Org.). **The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989**. Nova York: Cambridge University Press, 2003. 483 p. p. 21-49.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In: **Reflexões Sobre a Geografia**. São Paulo: AGB São Paulo, 1980. 119 p. p. 53-80.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme: O caso da agricultura no capitalismo. In: AMIN, Samir. ; VERGOPOULOS, Kostas. (Org.). **A Questão Agrária e O Capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. p. 43-179.

VERVOORT, Joost. M. et al. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environment Change**. v. 28, p. 01-12, setembro. 2014.

Recebido em 19/01/2016. Aceito para publicação em 06/02/2017.
--